

HUMANAS E SOCIAIS
V.8 • N.2 • Agosto/Setembro/Outubro - 2019
ISSN Digital: 2316-3801
ISSN Impresso: 2316-3348
DOI: 10.17564/2316-3801.2019v8n2p53-66



A TRAJETÓRIA FEMININA E AS DESIGUALDADES SEXUAIS: UMA REFLEXÃO CRÍTICA ACERCA DO TRABALHO

FEMALE TRAJECTORY AND SEXUAL INEQUALITIES:
A CRITICAL REFLECTION ON JOB

LA TRAYECTORIA FEMENINA Y LAS DESIGUALDADES
SEXUALES: UNA REFLEXIÓN CRÍTICA ACERCA DEL TRABAJO

Juliana de Jesus Santos¹
Maria da Luz Alves Ferreira²

RESUMO

Este artigo traça a realidade entre homens e mulheres nas relações de trabalho e suas implicações na trajetória feminina, considerando a histórica desigualdade de gênero. Para ilustrar essa realidade, partiu-se de uma pesquisa bibliográfica onde alguns dados auxiliarão no entendimento do referido problema. Assim, o objetivo dessa análise é salientar a existência do paradoxo do trabalho entre homens e mulheres. Nessa situação, a análise destaca também a conjuntura vivida pela mulher no acesso ao trabalho, além dos percalços e avanços conquistados ao longo de vários anos de luta e reivindicações por dignidade e melhores condições de vida. Essa análise nos permitiu pressupor que o estigma da inferioridade ainda prevalece no cotidiano feminino embora a mulher tenha alcançado alguns avanços marginais.

PALAVRAS-CHAVE

Desigualdade. Gênero. Mulher.

ABSTRACT

This article traces the reality between men and women in labor relations and its implications in the female trajectory considering the historical gender inequality. To illustrate this reality, we started with a bibliographical research where some data will help in the understanding of this problem. Thus, the purpose of this analysis is to emphasize the existence of the paradox of work between men and women. In this situation, the analysis also highlights the conjuncture experienced by women in access to work, besides the mishaps and advances achieved over several years of struggle and demands for dignity and better living conditions. This analysis allowed us to assume that the stigma of inferiority still prevails in the daily routine of women although the woman has made some marginal advances.

KEYWORDS

Inequality. Genre. Woman.

RESUMEN

Este artículo traza la realidad entre hombres y mujeres en las relaciones de trabajo y sus implicaciones en la trayectoria femenina considerando la histórica desigualdad de género. Para ilustrar esta realidad, se partió de una investigación bibliográfica donde algunos datos ayudarán en el entendimiento del referido problema. Así, el objetivo de este análisis es subrayar la existencia de la paradoja del trabajo entre hombres y mujeres. En esta situación, el análisis destaca también la coyuntura vivida por la mujer en el acceso al trabajo, además de los percances y avances conquistados a lo largo de varios años de lucha y reivindicaciones por dignidad y mejores condiciones de vida. Este análisis nos permitió suponer que el estigma de la inferioridad aún prevalece en el cotidiano femenino aunque la mujer ha alcanzado algunos avances marginales.

PALABRAS CLAVE

Desigualdad. Género. Mujer.

1 INTRODUÇÃO

O debate envolvendo a categoria trabalho emerge na contemporaneidade como um elemento controverso e carregado de inconsistências, sobretudo porque favorece a reprodução das desigualdades sexuais. Nesse aspecto, inicialmente a categoria trabalho é analisada a partir de sua face “benéfica” ao conferir dignidade ao indivíduo. Posteriormente, o trabalho será alvo de um debate veemente por ser um dos responsáveis pela estratificação social entre homens e mulheres.

Nessas circunstâncias, as mulheres, mais vulneráveis que os homens, sofrem discriminação das mais diversas ordens ao se deparar com a realidade propagada pelo sistema dominante que acentua ainda mais as diferenças entre homens e mulheres nas relações de trabalho.

Nesse contexto, as mulheres enquanto indivíduos historicamente negligenciados assumem um importante papel de desconstruir de algum modo o paradigma da inferioridade a elas atribuído e refletido, além de outras esferas da vida social, nas relações de trabalho. Todavia, essa mudança requer uma mobilização intensa em todos os aspectos da vida social por onde trilham as mulheres.

2 TRABALHO: ALGUNS INDÍCIOS HISTÓRICO-CONCEITUAIS

A questão do trabalho, principalmente o trabalho feminino, está estreitamente ligada às diferenças sexuais sendo necessária a compreensão da construção do termo, para em seguida apreender como se estabelecem as relações sociais de trabalho entre os sexos. Assim, a princípio é indispensável aludir a essa categoria em um contexto de capitalismo onde os efeitos da exploração se mostram mais perversos principalmente no que tange às mulheres. Diante disso, uma contribuição significativa das mulheres ao desenvolvimento do capitalismo é enfatizada pelos autores Weber In Chabaud-Rychter e outros autores (2014, p. 411-412):

A obra de E. P. Thompson abriu caminhos para uma série de trabalhos históricos complementares que mostraram a participação substancial das mulheres tanto no desenvolvimento do capitalismo industrial quanto nos movimentos operários mais importantes. Essas pesquisas de base tornaram visível o trabalho doméstico das mulheres, sua presença nas fábricas e nas minas tão essencial para o crescimento industrial do início do século XIX e mesmo depois.

A relação entre homens e mulheres operários nas fábricas, segundo os autores, se estabelecia em uma convivência conflituosa à medida que havia uma resistência feminina ao trabalho mecanizado, além da reivindicação por um salário mais satisfatório.

A concorrência se tornava assim um dos principais conflitos entre os sexos o que, contribuía, por sua vez, para a consciência de classe, ainda que mais voltada para a percepção masculina, considerando que para Weber In Chabaud-Rychter e e outros autores (2014, p. 408): “Não somente as

mulheres aparecem a margem da história, mas, no momento em que surgem, não contribuem com a formação da consciência de classe”. Isso implica dizer que as mulheres ainda permanecem em certa medida, imperceptíveis inclusive na dimensão do trabalho do qual sempre estiveram integradas, conforme explica Bauman acerca da sua gênese:

E o “trabalho” assim definido era um esforço coletivo de que cada membro da espécie humana tinha que participar. O resto não passava de conseqüência: colocar o trabalho como “condição natural” dos seres humanos, e estar sem trabalho como anormalidade; denunciar o afastamento dessa condição natural como causa da pobreza e da miséria, da privação e da depravação; ordenar homens e mulheres de acordo com o suposto valor da contribuição de seu trabalho ao empreendimento da espécie como um todo; e atribuir ao trabalho o primeiro lugar entre as atividades humanas, por levar ao aperfeiçoamento moral e a elevação geral dos padrões éticos da sociedade. (BAUMAN, 2001, p. 158).

Souza (2006) compartilha da mesma ideia ao tratar o trabalho (principalmente o trabalho manual) como sagrado, além de ser o responsável por grandes transformações que redefiniram a hierarquia social: “A concepção do trabalho dentro desse contexto vai enfatizar não o que se faz, mas como se faz o trabalho [...]” (SOUZA, 2006, p. 30). Nesse aspecto, os ofícios eram realizados, visando a qualidade e não os aspectos quantitativos empregados durante a fabricação de determinado produto.

É possivelmente em função da fluidez e transitoriedade discutidas pelo autor, não somente do trabalho, mas de outros elementos que regem as relações sociais, que as mulheres se associam em prol de interesses comuns. No entanto, seu objetivo inicial (principalmente a busca pela identidade), muitas vezes não é atingido uma vez que não há efetivamente a união unânime das mulheres, mas existe uma estratificação, o que pode influenciar negativamente para uma articulação consistente do movimento feminista.

Assim definido na nova fase da modernidade, o trabalho não é mais visto como o elemento enobecedor ou um mecanismo gerador de prestígio, mas, ao contrário, o trabalho é mais apreciado pelo seu caráter estético e transitório. Segundo Bauman (2001), na chamada “modernidade sólida”, também conhecida como “capitalismo pesado”, o trabalho possuía um caráter mais estável: “Quem, como jovem aprendiz, tivesse seu primeiro emprego na Ford, poderia ter certeza de terminar sua vida profissional no mesmo lugar” (BAUMAN, 2001, p. 168). No estágio atual da modernidade, como assegura o autor, o trabalho não é mais referência para a busca de identidade, mas apenas um mecanismo de sobrevivência cercado de inconsistências:

“Flexibilidade” é o slogan do dia, e quando aplicado ao mercado de trabalho augura um fim do “emprego como o conhecemos”, anunciando em seu lugar o advento do trabalho por contratos de curto prazo, ou sem contratos, posições sem cobertura previdenciária, mas com cláusulas “até nova ordem”. A vida de trabalho está saturada de incertezas. (BAUMAN, 2001, p. 169).

O trabalho na fase do capitalismo leve (ou modernidade líquida) na análise de Bauman (2001) é remodelado de forma “individualizadora”. A noção de “interesse comum” já não é mais enfatizada haja vista que a nova configuração do trabalho está condicionada pela fragmentação ou divisão de tarefas.

No caso do fordismo, de forma menos intensa que no toyotismo, o trabalho começa adquirir novos significados. Uma dessas ideias, diz respeito a agilidade e mecanização durante o processo de produção. Juntamente com essas mudanças estruturais, decorre a constituição de um novo homem:

Produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência da força de trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática [...]. O Fordismo equivaleu ao maior esforço coletivo para criar, com velocidade sem precedentes, e com uma consciência de propósito sem igual na história, um novo tipo de trabalhador e um novo tipo de homem. Os novos métodos de trabalho são inseparáveis de um modo específico de viver e de pensar a vida. (HARVEY, 1992, p. 121).

Nesse aspecto, o autor esclarece que o fordismo provocou uma mudança de tal proporção que atingiu a vida particular do homem. O que antes se estabelecia única e exclusivamente nas relações de trabalho, com o novo sistema já não se identifica essa separação. O trabalho e a vida social tornam-se um todo integrado e interdependente.

Uma equiparação a essa ideia do trabalho exposta anteriormente é apresentada por Antunes (1999). Trata-se da crise do fordismo que implica modificações significativas no processo de produção a exemplo da abordagem desenvolvida por Harvey (1992). A esse respeito, a passagem posterior esclarece melhor a ideia do trabalho como inter-relacionado a vida pessoal do indivíduo:

A necessidade de pensar, agir e propor dos trabalhadores deve levar sempre em conta os objetivos intrínsecos da empresa, que aparecem muitas vezes mascarados pela necessidade de atender ao mercado consumidor. Mas, sendo o consumo parte estruturante do sistema produtivo de capital, é evidente que defender o consumidor e sua satisfação é condição necessária para preservar a própria empresa. (ANTUNES, 2002, p. 39).

Nessa situação, com o novo formato de produção, o consumidor foi coagido a se adaptar a novos meios de vida. A partir de então, o trabalhador não poderia agir por si próprio, mas suas decisões teriam que levar em consideração os interesses do mercado.

Esse cenário, caracterizado pela transição de um sistema a outro, mantém certa similaridade entre si, como, por exemplo, a predominância na dominação de uma classe sobre outra assim como o cálculo do tempo de trabalho. Todavia, se no fordismo predominava um aceleração no ritmo de produção, no toyotismo isso implica um nível de exploração sem precedentes já que os grupos mais vulneráveis tais como as mulheres, começaram a ser incluídos nesse processo. No entanto, essa inclusão feminina no mercado de trabalho não ocorreu de forma satisfatória como alerta o autor: “subproletarização intensificada, presente na expansão do trabalho parcial, temporário, precário,

subcontratado, ‘terceirizado’[...]” (ANTUNES, 1999, p. 41) Com isso, é notável que as mulheres foram situadas na escala mais baixa de produção. Assim, os resultados desse trabalho desenvolvido no toyotismo é mais bem avaliado abaixo:

[...] ao mesmo tempo em que se visualiza uma tendência para a qualificação do trabalho, desenvolve-se também intensamente um nítido processo de desqualificação dos trabalhadores, que acaba configurando um processo contraditório que superqualifica em vários ramos produtivos e desqualifica em outros. (ANTUNES, 1999, p. 54).

A partir do que foi apresentado, não é difícil pressupor, no período considerado, que as mulheres compunham grande parte desses trabalhadores desqualificados. O lugar da mulher enquanto operária seria justamente uma estratégia encontrada pelo sistema então vigente para que não houvesse o desenvolvimento do seu lado intelectual.

Embora essa realidade tenha perdurado por algum tempo, a crítica feminista sugerida por Bandeira (2008) nasce justamente nesse contexto, também entendido por alguns como pós-modernidade ou nova fase da modernidade, já que foi fundada a partir de princípios oriundos do liberalismo e do socialismo, que por sua vez, pressupunham valores individuais e igualitaristas. Como consequência disso, a crítica feminista, a partir do discurso da alteridade, incorporou não somente as mulheres, mas absorveu também outros sujeitos até então omitidos pelo discurso iluminista.

Contudo, na nova fase da modernidade surgem conseqüentemente novas configurações acerca do movimento feminista debatido por Fraser (2009) e denominado por ela de “segunda onda do feminismo”. Nesse segundo momento, o que outrora eram críticas feministas principalmente relacionadas aos abusos sexuais, tráfico sexual ou desigualdade salarial, por exemplo, com o avanço do capitalismo começam a ganhar simpatizantes. Não obstante esse novo formato não contribuiu para uma revolução institucional consistente. Em outras palavras, houve um progresso cultural, mas a questão estrutural não progrediu no mesmo sentido. Contudo, Fraser propõe um desafio que seria pensar as mudanças como realidade tanto no aspecto cultural quanto no âmbito estrutural:

Esta possibilidade pode ser formulada mais nitidamente: as mudanças culturais impulsionadas pela segunda onda, saudáveis em si próprias, serviram para legitimar uma transformação estrutural da sociedade capitalista que avança diretamente contra as visões feministas de uma sociedade justa. (FRASER, 2009, p. 14).

Assim, o novo pensamento feminista estaria trilhando na direção contrária, ou seja, houve uma espécie de “aliança” com o capitalismo na tentativa de romper com os paradigmas impostos por este sistema que pressupunham a exclusão social das mulheres. Mas vale reafirmar que esse novo formato de manifestação não surtiu os efeitos esperados tendo em vista que o capitalismo prossegue como um sistema opressor. Para Touraine (2006, p. 166), as mulheres estão sujeitas a outras formas de dominação menos associadas ao ambiente doméstico e mais relacionadas à esfera pública:

Talvez seja vítima de assédio sexual; mas ela está também sujeita, como muitos assalariados homens, a pressões profissionais e econômicas, que podem fazer surgir nelas formas de protesto ou mesmo uma consciência de classe, que não estão associadas ao gênero.

A realidade acima descrita pode ser oriunda justamente da “saída” das mulheres do ambiente doméstico para o espaço público, o que pode gerar muitas vezes a continuidade da dominação exercida pelos homens. Isso implica dizer que não houve uma extinção do problema, mas apenas um deslocamento nas relações de poder.

É com o intuito de redirecionar essas reflexões acerca da hegemonia da racionalidade e poder, historicamente atribuídos aos homens, que novos paradigmas começam a ser repensados pela crítica feminista: “Processos e categorias universais correm riscos de se constituírem em núcleos e/ou redu-tos de um sistema de dominação, do qual justamente o pensamento feminista faz crítica” (BANDEIRA, 2008, p. 213). Assim, quaisquer manifestações que visem atribuir um padrão preestabelecido ou um modelo de homem ou mulher predeterminado, não é bem visto pelo movimento feminista.

É justamente com o intuito de romper com esses padrões de dominação tradicionais, onde o homem é a referência (principalmente no campo científico), é que surge a crítica feminista. O acesso ao mercado de trabalho, por sua vez, pode ser considerado uma das conquistas das mulheres decorren-tes da luta dos movimentos feministas, conforme demonstrado a seguir.

3 O ACESSO DAS MULHERES AO TRABALHO: NOVAS CONFIGURAÇÕES

O trabalho, outrora visto como uma ocupação responsável por conferir ao ser humano a dignidade e enaltecimento, ganha força a partir de manifestações propostas, por exemplo, pela crítica feminista, citada anteriormente. Nessa situação, essa análise tem contribuído gradativamente para a manutenção de alguns direitos, principalmente a partir da década de 1970 nos países ocidentais. O ingresso ao trabalho assalariado é um exemplo dessas transformações pelas quais o sexo feminino está transitando, como assegura Streeck:

A partir daí, o trabalho remunerado também se tornou para as mulheres o veículo mais importante de integração e de reconhecimento social. Ser “dona de casa” constitui, hoje, um estigma; na linguagem corrente, o “trabalho” tornou-se sinônimo de trabalho remunerado, avaliado no mercado, e de trabalho a tempo inteiro. As mulheres, em especial, ganham prestígio social quando conseguem conciliar “filhos e carreira”, mesmo que a “carreira” seja de operadora de caixa de supermercado – em caso ideal, a tempo inteiro, naturalmente. (STREECK, 2013, p. 46-47).

Nesse sentido, o trabalho para as mulheres atua como uma possibilidade de ascensão social, além de exercer certo “empoderamento” haja vista a autonomia que as mulheres têm adquirido para a tomada de suas próprias decisões. Isso implica uma modificação na própria estrutura familiar ilustrada

a partir da diminuição no número de casamentos, o aumento no número de divórcios e a diminuição do número de filhos, enquanto aumentou o percentual de filhos em relações instáveis (STREECK, 2013). Essa conquista propiciou certa liberdade para as mulheres a medida que puderam desbravar o espaço público, mas simultaneamente a esse processo gerou uma sobrecarga de trabalho já que, além das atividades domésticas, começam a trabalhar fora de casa.

Nessa fase, as relações de trabalho adquirem novos aspectos considerando a atuação do feminismo em prol dos direitos das mulheres. Assim, mesmo que o mercado ainda sobreviva por meio do consumidor, ao contrário do sistema fordista, onde a vida pessoal e profissional se equivale, nessa nova fase o trabalho adquire uma nova configuração. A relação de interdependência, outrora existente entre trabalho e indivíduo, se enfraquece porque a mulher já não se dedica integralmente a empresa onde trabalha haja vista o dispêndio de tempo necessário com a sua atuação também no âmbito doméstico. Esse período destaca-se, portanto, como um marco para o anúncio da emancipação feminina, mesmo considerando se tratar de um longo processo que ocorre à custa de muita luta.

Vale destacar ainda que as mulheres das classes sociais menos favorecidas, sobretudo as negras, sempre trabalharam. É o que garante Soares (1996, p. 57) quando revela a situação dessas mulheres no período da escravidão em meados do século XIX:

No ganho de rua, principalmente através do pequeno comércio, a mulher negra ocupou lugar destacado no mercado de trabalho urbano. Encontramos tanto mulheres escravas colocadas no ganho por seus proprietários, como mulheres negras livres e libertas que lutavam para garantir o seu sustento e de seus filhos. As escravas ganhadeiras, como se chamavam, eram obrigadas a dar a seus senhores uma quantia previamente estabelecida, a depender de um contrato informal acertado entre as partes.

O trecho evidencia que as negras sempre estiveram envolvidas em ofícios dos mais árduos por não terem condições de ascender socialmente. Sofreram exploração tanto quanto os homens negros e, em alguns casos, até mais intensamente do que estes, sendo as principais vítimas de abusos sexuais por parte dos senhores. Nesse sentido, a luta desse segmento de mulheres não é por um espaço no trabalho fora de casa, tal como reivindicam as mulheres brancas. As mulheres pobres, composta por grande parte de negras, sempre trabalharam dentro e fora de casa.

Nessas circunstâncias, o trabalho fora do lar não deve ser considerado como uma das metas a serem alcançadas pelas mulheres negras e pobres, pois, continuamente essas funções estiveram presentes em seu cotidiano. Além disso, tais mulheres sempre conseguiram conciliar as atividades domésticas e as funções fora do lar sem grandes problemas, ao contrário, muitas vezes, das mulheres brancas de classe média, que não se habituaram à dupla jornada de trabalho.

A partir do século XX, a emancipação das mulheres decorrente da entrada no mercado de trabalho é vista por Silva (2009) com um duplo sentido tendo em vista que ao mesmo tempo em que é um processo de “libertação”, por outro lado ocorre de forma vulnerável e incerta. Esse problema é reforçado principalmente com o novo caráter neoliberal do capitalismo que, segundo Fraser (2009, p. 25):

Como tais, as mulheres despejaram-se em mercados de trabalho ao redor do globo; o efeito foi cortar na raiz de uma vez por todas o ideal do salário familiar do capitalismo organizado pelo Estado. No capitalismo neoliberal “desorganizado”, este ideal foi substituído pela norma da família de dois assalariados.

A realidade acima descrita revela o que seria a emergência da precarização do trabalho, provocando inúmeras mudanças tanto a nível salarial quanto na dimensão da família, considerando no mesmo sentido, que houve um aumento considerável no número de lares chefiados por mulheres. Nessa mesma perspectiva o caráter neoliberal do Estado, segundo Bourdieu (2002) provoca a desregulamentação dessa instituição de forma que as principais vítimas desse processo são justamente as mulheres.

A conquista das mulheres ao mercado de trabalho certamente propiciou novas configurações familiares, além de mudanças em outras dimensões de sua vida. No entanto, Barsted e Pitanguy (2011, p. 179) lembram que os serviços domésticos: “continuam sendo uma das formas de trabalho que mulheres, em sua maioria, vêm exercendo há vários séculos”. Vale notar, portanto, que o título de “Dona de casa” continua perseguindo a mulher mesmo com a conquista do espaço público.

Scalon e Araújo (2009), assim como Streck (2013), apontam o ingresso das mulheres no mercado de trabalho como o fator responsável pelos novos arranjos familiares, além de outras alterações, que, por sua vez, foram propiciadas pelo desenvolvimento do sistema capitalista:

A modernização traz consigo o ingresso das mulheres no mercado de trabalho, o que conduz a mudanças em diversos aspectos da vida social, na família e nas esferas públicas, inclusive no trabalho. As mudanças nos estilos de vida de homens e mulheres, especialmente na fase de desenvolvimento pós-industrial, geram também, transformações inevitáveis em termos de valores culturais. (SCALON; ARAÚJO, 2009, p. 67-68).

O capitalismo entra em cena provocando assim modificações estruturais principalmente para as mulheres configurando novos modelos familiares, além do deslocamento em certa medida do ambiente de trabalho, passando de doméstico a público ou fazendo com que ocorra a conciliação entre o trabalho do lar e o trabalho realizado fora. Ainda nesse sentido, Silva (2009, p. 3) chama a atenção para essa nova remodelação do mercado de trabalho provocada pelos avanços do capitalismo:

A chamada crise do fordismo, as transformações de base técnica com o desenvolvimento das tecnologias da informação e a emergência e difusão, em escala global, de novos paradigmas de organização e gestão da produção levaram a uma busca desenfreada pelo aumento da qualidade e flexibilidade ao menor custo, ao mesmo tempo em que engendraram uma reconfiguração no mercado de trabalho.

Esses elementos propiciaram, entre outros fatores, a precarização do trabalho de forma que as mulheres, muitas vezes ficaram a margem desse processo, assumindo cargos inferiores com más condições de trabalho, além da questão da transitoriedade o que faz com que o sexo feminino seja

eventualmente excluído do mercado. Em um levantamento feito por Scalon (2009, p. 26) acerca da inserção da mulher no mercado de trabalho a autora retrata essa realidade:

Apesar da crescente inserção no mercado de trabalho, o rendimento médio das mulheres representa apenas 57,5% do rendimento médio dos homens. Também é preciso reconhecer que a força de trabalho feminina está concentrada em algumas ocupações e setores localizados, em geral, na base da hierarquia social, como é o caso do setor não-manual de rotina e do setor manual não-qualificado. Basta estar atento para o fato de que no primeiro setor mencionado estão concentradas as datilógrafas e caixas e no segundo, as empregadas domésticas e costureiras. (SCALON, 2009, p. 23).

Como se observa, a situação ainda é crítica principalmente em relação à renda, além da desvalorização da mão de obra feminina. Diante disso, o cenário não beneficia as mulheres ainda que os homens estejam no mesmo patamar. As desigualdades continuam se reproduzindo nesse contexto.

Em relação a inserção da mulher no mercado de trabalho a partir do século XX podemos apontar o trabalho pago e a relação familiar. Scalon e Araújo asseguram que houve uma permanência na noção de “mulher cuidadora” e “homem provedor”, em que a mulher continua sendo considerada como a cuidadora por excelência. Entretanto, Scalon e Araújo (2009, p. 75) certificam:

E embora os percentuais se alterem em algumas circunstâncias, não são suficientes para indicar que o trabalho pago, mesmo com jornada integral, conduz a uma situação que possa ser considerada como equilibrada na divisão das atividades domésticas.

Por outro lado, no que diz respeito às discussões acerca do ambiente público e privado a pesquisa sugere alterações significativas embora, de acordo com Scalon (2009) a percepção dos homens sobre o trabalho que as mulheres desempenham, possui uma conotação de ‘auxiliar’, não sendo assim considerado pela autora como um dado contemporâneo.

Nessas condições, estudos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) constatam que entre os anos de 2000 e 2010 a mulher começa a conquistar mais espaço no mercado de trabalho, apesar de algumas diferenças substanciais em relação aos homens e até no próprio segmento de mulheres. Esse avanço pode ser explicado, entre outros fatores, pela criação de políticas públicas que de algum modo beneficiaram as mulheres.

No caso da ocupação, em 2010 as mulheres atingem o percentual de 54,6% em relação aos homens com uma taxa de 75,7% (IBGE, 2010). Esses dados já são considerados positivos a julgar pela histórica da luta feminina em busca de maiores oportunidades de emprego.

Todavia, ressalta-se que o percentual apresentado cresceu menos entre as mulheres mais jovens em detrimento das demais faixas etárias. (IBGE, 2010). Trata-se de um dado curioso, sendo que normalmente o mercado de trabalho tende a absorver o segmento de pessoas mais jovens.

Em relação ao meio rural o IBGE (2010) identificou que menos de 50% das mulheres estão empregadas ou a procura de emprego. Segundo esses estudos, o problema pode ser gerado em função

da própria cultura estabelecida no meio rural que posiciona a mulher como aquela responsável pelas atividades que envolvem a reprodução. Sendo assim, sua principal área de atuação é a própria casa.

Apesar do crescente aumento nas taxas de ocupação das mulheres no mercado de trabalho, quando a questão é a formalidade as disparidades entre os sexos se evidenciam mais uma vez. De acordo com o IBGE (2010), o crescimento da formalização para o sexo feminino foi de 6,6%. Em contrapartida, para os homens identificou-se um aumento de 9,2%. Isso reafirma a tese da mulher enquanto reprodutora.

Nesse contexto, um dado curioso diz respeito a taxa de formalização entre as mulheres negras. Nesse segmento de mulheres, houve um aumento considerável do trabalho formal em relação às brancas (IBGE, 2010). Diante disso, é importante observar que a mulher negra, supostamente mais vulnerável que a branca, está conquistando gradativamente alguns direitos. Relativamente ao trabalho com carteira assinada o trecho esclarece:

O crescimento da formalização dos trabalhadores teve efeitos positivos sobre a inserção das mulheres nas relações de trabalho, com um aumento de 7 pontos percentuais na proporção de mulheres com carteira de trabalho assinada, que passou de 32,7%, em 2000, para 39,8%, em 2010. (IBGE, 2010, p. 112).

As informações anteriores trazem uma demonstração de uma melhoria considerável nos níveis de ocupação das mulheres com carteira assinada, considerando o espaço de dez anos. No entanto, é importante salientar que paralelamente a esse avanço segue também o aumento do percentual entre os homens.

Assim, os esforços para a visibilidade do trabalho feminino vinculado ainda com os contratemplos que perpassam as relações entre os sexos, parecem estar aquém das expectativas da sociedade feminista. Mas ainda que configure a princípio uma tarefa utópica é fundamental persistir no combate ao problema, haja vista que sua abdicação pode trazer consequências irreparáveis às conquistas que já fazem parte do universo feminino. A luta deve, portanto, continuar e a níveis mais elevados de forma que as mudanças continuem ocorrendo, sobretudo, na prática a começar pela socialização de homens e mulheres.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi ponderado, considera-se que o trabalho enquanto categoria enobrecedora do indivíduo não se estabelece em todos os aspectos do cotidiano das mulheres. Dado o seu caráter contraditório, o trabalho supostamente confere dignidade as mulheres, mas ao mesmo tempo revela sua face enigmática quando incluindo provoca simultaneamente a exclusão entre os sexos.

De outro modo, o novo formato do trabalho, que se segue após o fim do fordismo, provocou a emancipação feminina conforme averiguado no decorrer dessa investigação. Todavia, essa autonomia não atinge a vida das mulheres em todos os seus aspectos, mas pode ser vista como uma grande conquista considerando o histórico de lutas muitas vezes sem resultados favoráveis a causa.

Nessas circunstâncias, o diagnóstico precedente revela indícios de melhorias substanciais nas condições de vida das mulheres, todavia, ainda há um longo caminho a percorrer. Os avanços são notados, mas as desigualdades prevalecem. Nesse contexto, os movimentos sociais têm um papel fundamental no sentido de impulsionar as mulheres a continuar lutando em prol de seus direitos.

Propõem-se, diante desse cenário, estudos futuros que visem mostrar a participação efetiva de mulheres em profissões supostamente masculinas, de forma que isso implique em seu empoderamento. O caso de uma comunidade tradicional, pode ilustrar muito bem essa realidade a partir do trabalho feminino em atividades como a pesca, a capinação, o corte de lenha, a escavação de cisterna etc. Uma investigação empírica desse nível certamente contribuirá para a desconstrução do trabalho como um mecanismo opressor à medida que situa as mulheres como protagonistas de sua própria história.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

ANTUNES, Ricardo. As novas formas de acumulação de capital e as formas contemporâneas do estranhamento (Alienação). **Caderno CRH**, n. 37, Salvador, 2002.

BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista à ciência. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 207-228, jan./abr. 2008.

BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline. **O progresso das mulheres no Brasil 2003-2010**. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

BAUMAN, Zigmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. **Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 14, n. 2, p. 11-33, jul./dez. 2009.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas de gênero: uma análise dos resultados do censo demográfico 2010**. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

SOUZA, Jessé. **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

SCALON, Celi. **Ensaio de estratificação**. Belo Horizonte: Argumentvm, 2009.

SILVA, Thais França da. Mulheres e trabalho a tempo parcial: (im) possibilidade de inserção laboral? XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, 15, 2009. **Anais...**, [on-line], Rio de Janeiro, 28 a 31 de julho de 2009. ISSN: 2236-6636.

SOARES, Cecília Moreira. **As ganhadeiras**: mulher e resistência negra em Salvador no Século XIX. Disponível em: www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia. Acesso em: 22 fev. 2018.

STREECK, Wolfgang. **Tempo comprado**: a crise adiada do capitalismo democrático. Lisboa: Conjuntura Actual Editora, 2013.

TOURAINÉ, Alain. **O mundo das mulheres**. Joana Chaves. Lisboa: Instituto Piaget, 2006.

WEBER In CHABAUD-RYCHTER, Danielle (*et al*) **O gênero nas ciências sociais**: releituras Críticas de Max Weber a Bruno Latour. Brasília: Editora UNB, 2014.

Recebido em: 22 de Fevereiro de 2018

Avaliado em: 4 de Julho de 2019

Aceito em: 5 de Julho de 2019



A autenticidade desse artigo pode ser conferida no site <https://periodicos.set.edu.br>

1 Mestre em Desenvolvimento Social pelo programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros – MG.
E-mail: julianadejesussantos@rocketmail.com

2 Doutora em Ciências Humanas (Sociologia e Política), pela UFMG; Professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros- MG/ Brasil. E-mail: mariadaluz@oi.com.br



Este artigo é licenciado na modalidade acesso abertosob a Atribuição-Compartilhaqual CC BY-SA

